



## Gabinete do Vereador Sérgio Siqueira

**PROJETO LEI Nº \_\_\_\_\_/2019**

**EMENTA:** Dispõe sobre a proibição de inauguração de Obras Públicas Municipais inacabadas ou que não possam ser usufruídas de imediato pela população.

**Art. 1º.** Qualquer cerimonial de inauguração e entrega de obra pública municipal deve ser precedido do efetivo desenvolvimento regular das atividades fins a que se destinam ou à fruição da utilidade.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, obra pública municipal, é toda construção, reforma ou ampliação custeadas, total ou parcialmente pelo poder público municipal.

**Art. 2º.** Consideram-se obras impossibilitadas de atender a população de imediatos as:

I – inacabadas: aquelas que não estejam aptas a entrar em funcionamento por não preencherem as exigências legais; e

II – não possam ser usufruídas de imediato pela população: aquelas que, embora concluídas, possuam pendências para atender a população, como, ausência do número mínimo de profissionais para prestação do serviço, falta de material de uso cotidiano indispensável ou equipamento imprescindível ao atendimento dos cidadãos.

**Art. 3º.** As obras públicas municipais que, embora não estejam concluídas totalmente, mas que possam ser usufruídas parcialmente pelos cidadãos, poderão ser entregues, vedada a solenidade.

**Art. 4º.** Esta Lei entrará em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, 21 de fevereiro de 2019.

**SÉRGIO SIQUEIRA**

Vereador

**-AUTOR-**



## Gabinete do Vereador Sérgio Siqueira

### JUSTIFICATIVA

É naturalmente plausível que uma obra pública somente deva ser inaugurada se esta apresentar-se devidamente concluída, precedida do seu regular funcionamento, haja vista, sua finalidade ser o uso pleno da população.

Dessa forma, o ato cerimonial de inaugurar, transmite uma informação pelo Poder Público ao cidadão, acenando que aquele serviço ou utilidade já pode ser aproveitado pelas pessoas, a partir daquele momento. No entanto, qualquer gesto que desvirtue disso não deve ser permitido.

Outro aspecto bastante relevante é a questão eleitoral que está implícita neste contexto, de inauguração de obras públicas inacabadas, a qual muitas vezes, serve para promoção pessoal de autoridades públicas mediante a entrega ou inauguração de obra que ainda não serve em sua plenitude para o seu devido fim, que nada mais é do que a fruição da população. Logo, esse tipo de uma conduta política precisa ser extirpada por ferir a moralidade administrativa e a impessoalidade – princípios Constitucionais da Administração Pública.

Não obstante, na situação em que a obra pública esteja apta a ser usufruída parcialmente, ainda que não tenham todas as suas etapas concluídas, esta pode ser entregue, porém, sendo vedada a solenidade.

Assim, solicito a aprovação do presente Projeto Lei, que tem como premissa maior, encerrar uma prática que em sua maioria, tem fins eleitoreiros, com isso, descumprindo a função primordial de servir estritamente à população.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Caruaru, 21 de fevereiro de 2019.

**SÉRGIO SIQUEIRA**

Vereador

**-AUTOR-**